

Dispõe sobre a prestação de serviços
postais aos órgãos públicos federais
da administração direta e indireta.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prestação de serviços
postais aos órgãos públicos federais da administração direta
e indireta.

Art. 2º Os órgãos públicos federais da administração
direta e as entidades da administração indireta federal, no
exercício de suas competências e para utilização de serviços
postais não exclusivos, definidos no Decreto-Lei nº 509, de 20
de março de 1969, e na Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978,
devem, preferencialmente, nos termos do inciso IX do *caput* do
art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de
Licitações e Contratos Administrativos), contratar a prestação
desses serviços diretamente com a Empresa Brasileira de
Correios e Telégrafos.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei,
com a edição de norma específica que discipline as regras e as
condições de prestação de serviços postais, conforme definido
no art. 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 19 de maio de 2023.


ARTHUR LIRA
Presidente